

A ESCOLA DE VITÓRIA:

contribuições sobre o capitalismo recente a partir da teoria do valor de Marx

Leonardo Ferreira Guimarães

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar a contribuição feita por um grupo de autores do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, doravante denominados Escola de Vitória, para compreender a realidade contemporânea do capitalismo. Essa contribuição reside em uma releitura particular da obra de Marx e na avaliação do capitalismo recente. Da leitura de Marx extraiu-se uma compreensão anti-ricardiana da teoria do valor, a avaliação do capital fictício e dos ciclos de reprodução das formas funcionais do capital industrial. Da análise do capitalismo recente surgiu a necessidade de compreender o maior peso dado ao capital fictício como forma social e isso se deu a partir da cunhagem de três novas categorias: capital especulativo, capital especulativo parasitário e lucros fictícios. Este artigo busca expor esse processo analítico.

Palavras-chave: teoria do valor; dominância financeira; capital fictício e especulação.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present the contribution made by a group of authors from the Department of Economics at the Federal University of Espírito Santo, hereinafter Vitória's School, to understand the reality of contemporary capitalism. This contribution lies in a particular reading of the work of Marx and the evaluation of the recent capitalism. This Marx's reading extracted an anti-Ricardian theory of value and the analysis of fictitious capital and the reproduction cycles of the functional forms of industrial capital. From the evaluation of late capitalism, came the need to understand the greater weight given to fictitious capital as a social form and this came from the coinage of three new categories: speculative capital, parasitic speculative capital and fictitious profits. This article seeks to expose this analytical process.

Keywords: financial domination; fictitious capital and speculation.

INTRODUÇÃO

Entender com profundidade o valor em sua natureza mais íntima (como processo de desenvolvimento e mais do que simples propriedade dos produtos do trabalho, como expressão objetivada das relações sociais mercantis) é fundamental para que se entenda o conceito de capital e, como consequência, o capitalismo contemporâneo, passando pelo capital fictício [...]. O valor-capital, ou simplesmente capital, agora existe em si e para si. Utiliza-se das formas corpóreas das mercadorias e do dinheiro, mas não se confunde com elas. Ele se transforma não só em ser com vida própria: passa a ser o sujeito da sociedade e da história e transforma o ser humano em mero aspecto seu. É o que se pode chamar de inversão do sujeito histórico e social. Seu desígnio de alcançar é inalcançável [...]. A existência em si e para si do valor como capital talvez apareça mais claramente aos nossos olhos nos dias de hoje, com a dominância do que se está chamando de capital financeiro e que melhor ficaria caracterizado como capital fictício ou capital especulativo parasitário (CARCANHOLO, 2011, p. 18-19).

O objetivo deste artigo é tratar em seus pormenores a citação acima, ou seja, os desenvolvimentos que vão do valor, em geral, ao capital fictício, na contemporaneidade. E buscar-se-á executar essa tarefa a partir da concepção particular de certo grupo de pesquisadores ligado institucionalmente ao Departamento de Economia e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Esse grupo iniciou um projeto de releitura da obra de Marx com a finalidade de compreender o capitalismo contemporâneo. Tal projeto coletivo se organizou a partir da necessidade de criar, a partir das armas legadas por Marx, um arsenal crítico capaz de lidar com as particularidades do capitalismo contemporâneo, sobretudo com as questões relativas à aparente dominância exercida pelo capital financeiro. Nessa releitura, a busca por precisão teórica levou esses autores à utilização da categoria de capital fictício e, posteriormente, capital especulativo e especulativo parasitário.

Destarte, tendo em vista a existência de uma busca comum; uma agenda de pesquisas; uma mesma filiação institucional; alguns traços teóricos bem particulares (a serem descritos neste artigo) e a utilização de canais semelhantes de publicação, convencionou-se, aqui, denominar este grupo de Escola de Vitória. Além disso, Reinaldo Carcanholo destaca na introdução a um livro que consiste em compilações de autores dessa mesma Escola que: “embora escrito por diversas mãos, não se encontrarão divergências de interpretação entre textos aqui reunidos. Uma ou outra repetição poderá ser encontrada, mas divergências não existem.” (CARCANHOLO, 2011, p. 8) Logo, pode-se dizer que existe uma unidade suficiente entre as interpretações desses autores sobre a realidade capitalista e sobre a obra de Marx. Quanto à questão do capital financeiro, pode-se dar

centralidade a três autores: Reinaldo Carcanholo, Paulo Nakatani, e Mauricio de Souza Sabadini¹, com ênfase no primeiro.

O recurso de uma volta à Marx é iniciado a partir dos debates em torno da teoria do valor. Com efeito, são feitas contribuições paralelas ao redor de polêmicas entre marxistas sobre a teoria do valor, nas quais o primeiro ponto consiste na crítica à leitura ricardiana da teoria do valor em Marx. Para tanto, Carcanholo oferece uma análise que identifica em todo o *Capital* os movimentos interiores das categorias e formas transmutadas do valor e, destarte, refuta a compreensão de que valor em Marx é, simplesmente, quantidade de trabalho socialmente necessária à produção das mercadorias. (CARCANHOLO, 2012)²

Pode-se dizer que a leitura que esses autores fazem da teoria do valor possui uma forte influência de Roman Rosdolsky e Isaac Rubin; no entanto, tendo em vista o enfoque particular do objeto, existem algumas peculiaridades dessa nova leitura com relação àquela de seus inspiradores. A Escola de Vitória busca uma compreensão teórica do desenvolvimento das questões sobre a finança no capitalismo atual, questões essas que acabam por atravessar a leitura deles dos desenvolvimentos das contradições internas no valor, desde o movimento de *substantivação* do valor (tradução escolhida por eles para *verselbstständigung*) como capital, até o capital fictício como categoria central do período recente do capitalismo.

Dois traços se destacam nas interpretações dessa Escola sobre o capital fictício: 1) construir a categoria particular dos “lucros fictícios” para tratar parte dos lucros auferidos com o capital fictício; 2) conceituar a reprodução do capital dominado pela dinâmica fictícia como distinta da reprodução do capital industrial, tratado por Marx na primeira seção do livro II do *Capital* (para isso, são cunhadas as categorias capital especulativo – que substitui o capital industrial como forma geral do ciclo de reprodução do capital social total – e capital especulativo parasitário – forma autonomizada do capital-dinheiro, peculiar ao capitalismo dominado pela finança).

Para tratar dessas questões, este artigo é dividido em três seções: a primeira, sobre teoria do valor, trata de algumas peculiaridades da análise desses autores; a seção seguinte versa sobre a desmaterialização da riqueza capitalista; na última seção é tratado o circuito de reprodução do capital social total, tendo em vista o capital fictício e capital especulativo parasitário.

¹ Cabe ressaltar que esses não são os únicos autores ligados a este grupo, nem a finança é seu único objeto. Atualmente, Mauricio Souza Sabadini realiza uma pesquisa sobre o mercado de trabalho. Há também uma linha de pesquisa entre eles sobre a China no capitalismo recente, que envolve professores como Neide César Vargas, Rogério Naques Faleiros e Helder Gomes, e mestrandos do Programa de Política Social, como Rafael Venturini. Outros autores, como Sérgio Prieb e Rosa Maria Marques eventualmente participam em pesquisas conjuntas. Adicionalmente, sobre a finança, Paulo Nakatani possui uma série de outros textos, boa parte em conjunto com a professora Rosa Marques, que tratam de aspectos relacionados às análises de François Chesnais e demais marxistas franceses.

² Sobre a leitura de Carcanholo da teoria do valor, cf.: (CARCANHOLO, 2011); (CARCANHOLO, 2012).

Teoria do valor

A leitura de Reinaldo Carcanholo da teoria do valor em Marx (nomeada por ele próprio de antiricardiana) parte de noções como aparência e essência, totalidade, particularidade e singularidade. Sobre essas especificidades da teoria marxista do valor e da crítica à leitura ricardiana, Carcanholo publicou um livro que polemiza com Claudio Napoleoni e sua versão da história do pensamento econômico clássico. Em “Marx, Ricardo e Smith”, a polêmica com Napoleoni se inicia no título, uma inversão de “Smith, Ricardo e Marx” – este último, um antigo manual de história do pensamento econômico, escrito pelo autor italiano e que é bastante representativo da leitura ricardiana da teoria do valor em Marx.

Segundo Carcanholo, a interpretação ricardiana de Marx é generalizada e, portanto, deve ser avaliada e criticada cuidadosamente. Para a interpretação ricardiana de Marx, a lei do valor determina que as mercadorias se troquem pelas proporções de seus valores. Nesse sentido, além da conclusão de que a teoria do valor é uma teoria dos preços relativos, o próprio mais-valor (parcela do valor) só faria sentido se as trocas se fizessem nas proporções dos valores. Logo, ao passar pela transformação dos valores em preços de produção, o mais-valor seria negado, pois não são os valores que determinam diretamente os valores de intercâmbio (essa função passa a caber aos preços de produção). Destarte, a interpretação ricardiana de Marx chegaria a um colapso interno e nem mesmo o mais-valor teria sentido econômico (CARCANHOLO, 2012, p. 22-23).

Para Carcanholo, a teoria do valor de Ricardo é de fato uma teoria de preços relativos e, portanto, uma leitura ricardiana de Marx não poderia partir de outro ponto. Seria necessária, por sua vez, uma leitura antiricardiana de Marx, na qual o trabalho contido nas mercadorias seria somente um dentre outros fatores de determinação dos preços relativos (CARCANHOLO, 2012, p. 20-21).

Ao comparar Ricardo e Smith, Carcanholo aponta que a riqueza é para o primeiro somente um conjunto heterogêneo de bens úteis, mas, para o segundo, ela perfaz uma teoria mais complexa que envolve uma relação social de domínio de seres humanos (CARCANHOLO, 2012, p. 19). Em aulas e seminários sobre a teoria do valor de Marx, Carcanholo frequentemente ressalta a influência de Smith para Marx, sobretudo na compreensão da riqueza como relação social de domínio. Essa visão é fundamental para compreender a leitura que se fará a seguir.

A riqueza capitalista é, para Marx, domínio de seres humanos sobre seres humanos, ou seja, constitui uma relação social de domínio. De início se expressa claramente através de objetos, progressivamente se torna abstrata e, cada vez menos, exige a matéria do valor de uso para manifestar-se (CARCANHOLO, 2011, p. 74).³

³ Se a riqueza e o valor são lidos como expressões de relações sociais de domínio, a questão de separar fluxo de estoque passa a um segundo plano. O objetivo é a interpretação de formas sociais de dominação, por meio da riqueza, do valor e das relações sociais. Destarte, a questão de se o valor ou a riqueza aparecem como fluxos ou estoques parece possuir um menor relevo.

Cabe tratar da discussão em torno das compreensões usuais da teoria marxista do valor – feita na introdução à coletânea de textos que envolvem parte dos autores da Escola de Vitória (CARCANHOLO, 2011). Derrisoriamente, Carcanholo pontua as principais definições dadas pelas leituras habituais de Marx, para em seguida expor sua crítica ponto a ponto. São estes os termos iniciais que mobilizam a discussão de Carcanholo sobre a leitura ricardiana da teoria do valor:

‘Definição de valor: - valor é a quantidade de trabalho socialmente necessária para produzir uma mercadoria.’

‘Entre o valor e o valor de troca não há distinção, são expressões que indicam rigorosamente a mesma coisa.’

‘Para Marx, os preços de mercado são sempre proporcionais às quantidades de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias.’

As três afirmações em epígrafe, fáceis de serem encontradas em manuais e exposições introdutórias de economia marxista, estão *rigorosamente erradas; são falsas*. Constituem, na verdade, um desserviço ao conhecimento do pensamento econômico marxista e são o resultado de uma perspectiva ingênua e superficial da teoria (CARCANHOLO, 2011, p. 13. Grifos do autor).

Os autores dessa Escola, e notadamente Reinaldo Carcanholo, constantemente ressaltam em diversos artigos, preleções e seminários que a quantidade de trabalho socialmente necessário não é senão a magnitude do valor. E afirmam que a magnitude do valor também não é a quantidade de trabalho socialmente necessária para a produção da mercadoria, mas para sua reprodução. Esta, por seu turno, será determinada no momento da realização: é o trabalho socialmente necessário para que o valor retome o ciclo para reproduzir a mesma mercadoria em escala ampliada.

Mas talvez a afirmação mais controversa seja outra: “valor não é trabalho, embora encontre nele seu fundamento” (CARCANHOLO, 2011, p. 18). Por outro lado, prefere-se aqui utilizar *substância* e não *fundamento* para qualificar o papel do trabalho (abstrato) como determinação do valor, por observar que a noção de substância é mais precisa, de acordo com os termos da *Ciência da Lógica*. Mais adiante, essa questão será importante para tratar do capital fictício e de seus lucros.

Diante das afirmações anteriores, sabe-se o que, para esses autores, não é a teoria do valor de Marx; resta responder como ela pode ser trabalhada, e este é o passo fundamental que auxiliará na compreensão do capital fictício.

Sendo assim, em que consiste propriamente a teoria marxista do valor? Ela é – antes de tudo – uma teoria da riqueza na época capitalista. O valor não é nem preço relativo (ou valor-de-troca) nem tampouco norma de intercâmbio mercantil ou capitalista. Ele é, inicialmente, a expressão em cada produto econômico, das particulares relações sociais de produção, nas sociedades onde domina a forma capitalista de produzir. Dessa maneira *o valor é a forma social e histórica da riqueza desse tipo de sociedade*. [...] Na verdade, para Marx, a riqueza capitalista aparece como um conceito duplamente determinado. Ela é ao mesmo tempo, simultaneamente e independente da intenção de seu possuidor, valor-de-uso e valor. Está constituída pelo conjunto de bens que podem direta ou indiretamente satisfazer necessidades

humanas mas, ao mesmo tempo, expressa uma relação social de domínio.
(CARCANHOLO, 2012, p. 25)

Ao atestarem que o valor é, em Marx, uma forma social em movimento (porque histórica), eles impedem que ele possa ser *definido* axiomáticamente; tentativas de definir o valor podem ser lidas como apreensões positivistas da teoria de Marx. Deste modo, tudo o que segue nessa seção são desenvolvimentos sucessivos das múltiplas determinações que o valor assume no capitalismo. O valor: uma objetividade que só existe socialmente; se revela unicamente na *forma* de uma relação *social* objetivada. Esta tautologia marca a relevância das *formas do valor*: figuras de um processo social e histórico, que são a própria relação de valor objetivada em formas sociais que se transmutam umas nas outras, perfazendo ciclos tanto sincrônicos quanto diacrônicos. São as distintas figuras de um processo social que possuem no valor sua unidade (CARCANHOLO, 2012).

Carcanholo pontua como *o valor é a expressão nas mercadorias de uma forma particular de relação social*. Por outro lado, o valor de troca é somente a *forma* de manifestação do valor – sua aparência imediata advinda da relação de troca. O preço, por sua vez, é um valor de troca especial, que tem no dinheiro a mercadoria equivalente geral (CARCANHOLO, 2011, p. 14). Para este ponto, Carcanholo analisa as *Glosas Marginais ao Tratado de Economia Política de Adolf Wagner*:

(...) eu nunca parto dos conceitos, nem portanto do ‘conceito de valor’ (...) Eu parto da *forma social* mais simples na qual se corporifica o produto do trabalho na sociedade atual, que é a mercadoria. Analiso-a e o faço fixando-me especialmente na forma sob a qual ela se apresenta. Descubro, assim, que a ‘mercadoria’ é, por um lado, na sua forma material, um objeto útil ou, em outras palavras, um valor de uso; e, por outro, encarnação do valor de troca e, deste ponto de vista, ‘valor de troca’ ela própria. Sigo analisando o ‘valor de troca’ e descubro que ele não é mais do que uma *‘forma de manifestar-se’, uma maneira especial de aparecer o valor* contido na mercadoria, razão pela qual procedo à análise deste último. (MARX, 1966, *apud*, CARCANHOLO, 2011, p.35)⁴

Esse modo de compreender a teoria do valor permite vê-la como maior que a primeira seção do livro I do *Capital*. A teoria do valor é o corpo da crítica à Economia Política de Marx:

Ela [a teoria do valor] não se limita ao que se encontra desenvolvido no primeiro capítulo d’O Capital, mesmo que complementada por aqueles dedicados ao problema da transformação dos valores em preços de produção. Os conceitos de capital e mais-valia, capital industrial, capital fictício, por exemplo, são aspectos fundamentais da mencionada teoria do valor, sem os quais ela não estaria completa e seria incompreensível. Na verdade, tais conceitos não são mais que formas desenvolvidas do valor [...]. Assim, poderíamos dizer, sem nenhum exagero, que a exposição da teoria marxista do valor encontra-se no conjunto da obra econômica de Marx e, em particular, em seu livro maior: O capital. (CARCANHOLO, 2011, p. 27)

Resgatando a influência smithiana de Marx, Carcanholo (2011; 2012) busca analisar o valor da mercadoria a partir da ótica das trocas. Neste sentido, busca sua expressão no poder de

⁴ Sobre a questão sobre valor de troca e valor, Cf. (MARX, 2013, p. 113-119)

compra que uma mercadoria possui, isto é, num determinado *quantum* de outra mercadoria em que esta pode se transformar. Esse *quantum* de poder de compra pode aparecer em diversas *formas*: valor, preços de produção ou preços de mercado; cada uma dessas formas carrega determinações internas bastante distintas e se relaciona com as outras, perfazendo nelas novas determinações.

Mesmo considerando a moeda, essa análise permanece possível, pois uma mercadoria vendida (i.e. transformada em dinheiro) possui nesse *quantum* de dinheiro uma capacidade de comprar outras mercadorias. Tal visão busca apontar as coisas de outro ângulo e transforma a noção do *quantum* de poder de compra presente na mercadoria (seja na forma valor, preços de produção ou preços de mercado) em uma relação de poder sobre a propriedade social.

As três formas que Carcanholo utiliza para nomear o poder de compra contido na mercadoria são: 1) poder de compra original – o *quantum* de *valor* presente na mercadoria; 2) poder de compra real – que pode ser comparado aos *preços de produção*, estabelecidos por Marx no livro III do *Capital*; 3) poder de compra efetivo – o preço de mercado, determinado pela oferta e demanda, mas que tende a flutuar em torno do poder real de compra e este, por sua vez, em torno do poder de compra original. (CARCANHOLO, 2011, p. 15-17)

A partir dessa divisão, tem-se que a distinção entre o que ocorre efetivamente na esfera da circulação e aquilo que se executa na produção. Se o valor é determinado e determinante no instante da produção; na circulação, as mercadorias se trocam de acordo com a oferta, a demanda e a competição entre os capitalistas individuais, (que variam entre si quanto ao poder de monopólio que possuem, quanto às diferentes composições orgânicas de seus capitais, duração de seus ciclos de reprodução etc.). Para o produtor individual o que importa é o poder de compra efetivo; este, por sua vez, pode ser maior ou menor que a magnitude do valor contido na mercadoria, ao que se determina a diferença entre o produzido e o apropriado. O poder de compra originário determina a magnitude total de riqueza existente na sociedade, o efetivo determina a sua apropriação individual.

Nesse sentido, Carcanholo pontua que se trata de uma diferença de níveis de abstração. Um dos polos aponta para a totalidade (o capital social total e o poder de compra originário). No outro extremo reside o ato individual isolado (o capitalista individual e o poder de compra efetivo). Trata-se de uma transferência de valor entre proprietários, aqueles que vendem acima do valor se apropriam da riqueza de outros capitalistas que devem, portanto, vender abaixo dos valores.

O aspecto da totalidade, esse nível mais alto de abstração, se faz necessário. Uma das razões é que a quantidade de riqueza existente na sociedade é determinada pela magnitude de valor total produzida (através da exploração do trabalho produtivo), que não se altera pelo intercurso da circulação. Se um capitalista vende caro ou barato, isso não afeta o valor realmente existente, mas afeta a porção do valor global do qual um dado capital individual poderá se apropriar. São as ilusões (objetivas) da concorrência. É possível, então, pensar em uma diferença entre o que pode ser

apropriado e o que é, de fato, produzido; todavia, aqui a soma dos direitos de apropriação existentes ainda está limitada pela riqueza total. Com o capital fictício este limite desaparece, em parte.

Talvez uma das consequências analíticas mais importantes para compreender a atualidade capitalista (e que decorre dessa leitura anti-ricardiana da teoria do valor de Marx) seja a distinção entre produção e apropriação do valor. Nessa perspectiva, o valor não é o determinante causal dos preços relativos⁵ e pode existir uma vasta diferença quantitativa entre preço e valor. Essa diferença, por sua vez, determina uma forma de transferência de valor (e de riqueza) entre capitalistas. Para Carcanholo, a própria questão da transformação dos valores em preços de produção (tratada por Marx no livro III do *Capital*) é fundamentalmente um tratamento da relação entre produção e apropriação de valor. Pois ela determina que haja uma diferença entre o produzido e o apropriado, até mesmo em condições de lucros uniformes e ainda sem tratar das questões de juros, lucros comerciais etc.. Novamente, demarca-se a teoria do valor como não sendo uma análise da dinâmica de preços relativos (ao contrário do tratamento ricardiano). (CARCANHOLO, 2012, p. 31-33)

Assim, pode-se garantir a manutenção do sentido da teoria do valor, mesmo com a magnitude cada vez maior de capital fictício na economia, o que amplia a capacidade de analisar o capitalismo contemporâneo. Ou seja, se a teoria do valor não é uma teoria dos preços relativos, nada impede que se possa falar em uma magnitude global de capital fictício (medido em preços de ativos fictícios) que exceda a magnitude total do valor real existente na sociedade. Pois o que ocorre é que os preços de venda dos ativos de capital fictício determinam a apropriação potencial de riqueza, e esta (por ser uma apropriação *potencial*) não está determinada pela produção real de valor.

Adicionalmente, isso ainda permite compreender parte da natureza das crises capitalistas relacionadas com a finança. Com efeito, em última instância, a apropriação efetiva (aquela apropriação potencial que de fato se realiza nos mercados) é limitada pelo valor total efetivamente existente na sociedade (não é possível se apropriar de fato de um valor inexistente). Ou seja, quando os direitos de apropriação sobre a riqueza são criados em quantidades muito superiores às quantidades reais de valor apropriável, está instaurada a possibilidade de uma crise. Esta, por sua vez, possui como *um* de seus determinantes uma superacumulação de capital fictício.

Esses direitos de acumulação excedentes, se postos em circulação como capital, são capital fictício. Se este, por sua vez, se coloca historicamente como forma de recuperação de uma crise estrutural de queda nas taxas de lucro a crise será ainda mais inevitável e catastrófica, como ocorre nesses últimos anos. Porque se a taxa de lucro real encontrou um limite (e somente se recuperou por meio de lucros fictícios) a distinção entre os direitos de apropriação e a riqueza produzida será ainda maior. Esse ponto será levantado novamente mais adiante no texto, ao tratar dos lucros fictícios.

⁵ E menos ainda é a quantidade de trabalho socialmente determinada, o *quantum* determinado da substância do valor, esse determinante.

Em última instância, trata-se de uma consequência de compreender os desenvolvimentos do capitalismo como desenvolvimento das formas sociais. O valor é ele próprio uma forma social, mas uma forma *geral* que se transmuta constantemente, assumindo formas *particulares*. As formas do valor podem ser compreendidas dessa maneira, bem como as formas funcionais do capital.

A maneira como Carcanholo estabelece a necessidade social de cada forma posterior do valor em relação à anterior (como ocorre entre a forma do equivalente geral em relação à forma expandida) é também peculiar. Cada forma menos desenvolvida da mercadoria equivalente (forma simples, expandida e geral) é apontada como insuficiente, com base em argumentos que podem ser encontrados no *Capital*. Este movimento foi estendido por Carcanholo até alcançar a forma dinheiro (CARCANHOLO, 2011, p. 54-57).

Buscando fazer recurso a elementos didáticos – tão caros a essa Escola, que busca a interlocução constante dos movimentos sociais (sobretudo com o MST e a Escola Nacional Florestan Fernandes) – cabe tentar uma digressão explicativa sobre as formas sociais do valor (do livro I do *Capital*). As formas do valor podem ser compreendidas como linguagens da mercadoria, no seguinte sentido: por meio das formas de aparecimento social do valor é que este fala aos homens de sua existência social. Na forma simples do valor, o valor fala de forma simples, ele diz: eu (o valor contido na mercadoria relativa) sou igual àquele corpo (da mercadoria equivalente). Na forma desdobrada o valor fala com mais detalhes: eu sou igual àquele e àquele e àquele ... *ad nauseam* e, como toda argumentação *ad nauseam*, é simplória e repetitiva essa linguagem, sem chegar a ser geral. Na forma dinheiro o valor fala: eu sou igual aquele, que todos conhecem e reconhecem. Mas, se o dinheiro em questão ainda depende de uma mercadoria física, ainda é uma linguagem pobre, que aponta ao objeto que busca definir, em uma linguagem desenvolvida só é preciso dizer o nome, todos saberão do que se trata e essa linguagem não precisa mais apontar o dedo para algo físico. (CARCANHOLO, 2011, p. 54-55)

Compreender cada categoria fundamental de Marx como uma expressão do valor e, portanto, compreender a teoria do valor como algo que abarca toda a obra de Marx (e, de maneira mais destacada, abarca o *Capital*) é algo que dá mais relevo à leitura desses autores. Do mesmo modo como as formas do valor e as formas funcionais do capital (autonomizadas ou não) o valor de troca é somente uma manifestação do valor, mas uma forma de manifestação necessária. Desenvolve-se o argumento do seguinte modo: enquanto o valor como tal é absolutamente intangível, não possui *sequer uma existência em si*, ele precisa estar em uma relação de troca para aparecer e, a partir daí ser apreensível, tangível, e, em certa medida, quantificado. Desse modo, a forma necessária mais imediata de aparição do valor é o valor de troca; isto é, a proporção de uma mercadoria em termos da quantidade de outra mercadoria (o valor de troca) é a forma mais simples pela qual o valor de uma mercadoria faz sua aparição social. Dito dessa forma, se a teoria do valor

de Marx não é uma teoria dos preços relativos (proporção de troca entre mercadorias), os preços relativos são uma expressão, uma consequência, da teoria do valor.

O valor de troca, em sua aparição mais direta, é a forma simples do valor⁶. O que ocorrerá posteriormente será o esgotamento dessa forma simples de expressão do valor, no sentido em que o este adquire maior generalidade e penetração na sociedade e a forma simples do valor não é suficientemente geral ou completa para a representação de uma sociedade mercantil avançada. A mais importante forma de aparição do valor é o valor como capital, o sujeito de um processo, dotado de um automovimento. À transformação do valor em capital corresponde a transformação deste de adjetivo, propriedade das mercadorias, em coisa com vida própria, autonomizada (a esse processo, como sugerido acima, a Escola de Vitória dará o nome substantivação do valor).

O valor é, em geral, a expressão de uma relação social e, em particular, de uma relação social de domínio; relações estas que se transmutam, de uma forma a outra tanto na sociedade capitalista quanto na obra na qual Marx que realiza sua crítica à Economia Política: *O capital*, de modo que nesta obra pode encontrada, do começo ao fim, uma teoria do valor.

Ademais, o valor pode ser compreendido ao mesmo tempo como uma expressão do trabalho abstrato que reproduz a mercadoria e do trabalho abstrato que essa mercadoria permite apropriar no mercado. Essa diferença entre produção e apropriação – por mais que se trate, nesse ponto inicial, de um jogo de soma zero – permite compreender o capital fictício em relação com o valor. Essa diferença entre os direitos de apropriação criados e a riqueza produzida se manifesta na diferença que existe entre a produção e a circulação capitalista (o próprio capital fictício não existe senão como elemento da circulação).

A desmaterialização da riqueza e a substantivação do valor

O capital ou valor-capital é um ser interessante! Não tem materialidade, mas necessita de alguma para existir. Assumida certa materialidade, desesperadamente necessita alterá-la. O capital é um verdadeiro fantasma obcecado pela metamorfose; possui a obsessão pela busca de uma forma e sempre de uma forma diferente da que possui. E essa forma diferente não pode ser qualquer forma, precisa ser aquela rigidamente determinada pela sua forma de circulação, já apresentada. (CARCANHOLO, 2011, p. 130)

Esta epígrafe contém três caracterizações fundamentais: o capital enquanto tal não possui forma própria; ele necessita *sempre* de um suporte para existir, uma forma objetiva que empreste seu corpo para ele aparecer e precisa migrar constantemente de um suporte a outro (pode-se dizer

⁶ A forma simples do valor não deve ser compreendida como aquela do escambo, diretamente observável nas sociedades pré-capitalistas. Por mais que nessa forma não apareça o dinheiro, o valor já deve existir como forma social dominante. Propriamente falando, quando Marx inicia o capítulo um do livro primeiro já se trata de uma sociedade capitalista, basta conferir a primeira frase do referenciado capítulo (“a riqueza, nas sociedades onde domina o modo de produção capitalista”).

que ele é a própria forma que se move e migra de um suporte material ao outro); a forma-suporte que o capital assume de um ponto a outro é determinada pelo circuito de reprodução.

Mas, mesmo sendo coisa com vida própria, o capital não vai sozinho ao mercado, nem troca de suporte sozinho (não se transforma sozinho da forma dinheiro em meios de produção e força de trabalho, por exemplo). Mas, mesmo tendo seu suporte (sua forma) determinado pelos sujeitos concretos e pelas necessidades impostas na circulação, ao transformar-se em valor-capital (ou simplesmente capital), o valor passa, segundo a compreensão de Carcanholo, de um adjetivo das mercadorias a um substantivo, algo autônomo e com vida própria. Assim, a polaridade entre valor e valor de uso estaria agora dominada pela parcela do valor. Para dizer isso ele se baseia no termo em alemão utilizado por Marx no *Capital* para descrever o processo de substantivação (*Verselbständigung*) do valor no capital e das formas funcionais em relação a este. De acordo com Carcanholo e Nakatani as traduções brasileiras não fizeram a adequada utilização do termo:

Na tradução da DIFEL o assunto recebe um tratamento que consideramos pouco adequado: o que chamam de *substantivação* é tratado como um fato que pode ser descrito através de sinônimos (independência ou autonomia do valor, ente autônomo) ora um, ora outro. Na edição da Nova Cultural e na da Siglo XXI do México, o conceito é denominado *autonomização* e é tratado efetivamente como categoria teórica, sem que seja substituída por qualquer sinônimo. Preferimos seguir mais de perto a tradução de Wenceslao Roces, da Fondo de Cultura Económica do México, que optou pela palavra *substantivação*; embora não seja a tradução literal da palavra alemã utilizada por Marx (*Verselbständigung*), nos parece expressar melhor a ideia.⁷ (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999, p. 6)⁸

⁷ Aqui neste texto, por outro lado, prefere-se a utilização de *autonomização* como categoria efetiva. Ela também é o termo utilizado pela tradução mais recente do *Capital* publicada pela editora Boitempo. Nas seções seguintes será esse o termo utilizado. A opção para tanto advém de razões variadas, como, por exemplo, além de ser a tradução mais direta do termo em alemão (que pode ser encontrada em qualquer dicionário) expressa um termo comum do pensamento alemão desde Kant. Para este, a autonomia é o processo pelo qual o sujeito adquire maioridade, independência (que também é enfatizado por Carcanholo e Nakatani como parte do processo, dizendo que o valor “atinge a fase adulta ao se transformar em capital”); nas traduções de Kant, Hegel e mesmo Adorno em geral utilizou-se esse termo para traduzir *Verselbständigung*. Além disso, não se está de acordo aqui com a ideia exposta por Carcanholo e Nakatani de que o valor de adjetivo passa a ser substantivo, coisa com vida própria; para ser mais rigoroso com as formas da lógica modal, substantivo não é algo que possua sentido, o correto seria sujeito, reforçando ainda o ponto marcado de se tratar de autonomização (com o sentido de levar a *coisa heterônoma* a *status* de *sujeito autônomo*). Além disso, Carcanholo e Nakatani ressaltam que o assunto somente foi tratado no capítulo quarto do livro I e no primeiro capítulo do livro II (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999, p. 5-6). Tal constatação não é exatamente verdadeira, já no capítulo 3 do livro I, Marx recorre cinco vezes à utilização do termo *Verselbständigung* (em diversas variações distintas, como *verselbständig*). Nestas passagens, Marx fala sobre a autonomização do valor na forma dinheiro. O termo recorre novamente nos capítulos *divisão do trabalho e manufatura* e *maquinaria e grande indústria*, em geral para designar a autonomização de funções produtivas, além de recorrer em diversos momentos do livro III para tratar da autonomização das formas funcionais. O último ponto, para defender a utilização de autonomização como tradução mais adequada, é que mesmo Carcanholo, Nakatani e Sabadini, utilizam autonomização para definir o processo que ocorre com as formas funcionais do capital, quando essas passam a ser executadas por capitalistas individuais. Se a perspectiva era utilizar o mesmo termo, erigido em categoria, para tratar de todas as vezes em que Marx o utilizou no original (como fica entendido na citação que deu origem à esta nota) então ou eles deveriam ter falado de formas funcionais substantivadas (coisa que não acontece), ou deveriam ter utilizado autonomização desde o princípio para tratar do valor autonomizado no capital.

Mesmo esse processo de autonomização (ou substantivação, como preferem Carcanholo e Nakatani) não ocorre sozinho, ele possui uma contrapartida nos desenvolvimentos da mercadoria e do valor. Trata-se da desmaterialização da riqueza – o último ponto a ser esclarecido antes que se possa, de fato, adentrar as questões relativas ao capital fictício. A conceituação do processo de desmaterialização se dá a partir da própria natureza da riqueza capitalista. Nesta, o valor – entendido como relação social expressa nas mercadorias – compõe com o valor de uso uma contradição interna na riqueza que se desenvolve social e historicamente; de forma heurística, diz-se que a riqueza é composta em dois polos: valor e valor de uso. Esse é o duplo caráter da riqueza, que, em última instância, tem em sua substância o duplo caráter do trabalho⁹, tendo em vista que enquanto o valor tem no trabalho abstrato sua substância, o valor de uso se encontra substanciado a partir do trabalho concreto, qualitativamente diferenciado (CARCANHOLO, 2011, p. 41-42).

Heuristicamente, tem-se que o valor é forma (social) da riqueza, enquanto que o valor de uso é seu conteúdo. De modo complementar, o valor de uso aparece como materialidade física e o valor como materialidade puramente social. Mesmo sendo a riqueza algo não natural, mas um construto social, ela deve possuir um suporte objetivo, deve estar *exteriorizada* em algo. A necessidade de o estabelecimento social da riqueza encontrar um objeto exterior determina a relação-fetice da mercadoria como necessária. A relação social, para ser reconhecida socialmente, precisa assumir a forma de um objeto exterior; portanto, esse objeto contém em si a aparência de ser o verdadeiro portador daquelas qualidades sociais, eis o caráter necessário do fetiche da mercadoria.

Por outro lado, sua forma é dada pelo próprio funcionamento social; no caso de sociedades dominadas pela mercadoria é a própria forma mercadoria que indica o caráter social da riqueza¹⁰ (CARCANHOLO, 2011, p. 41). A materialidade física é o suporte da materialidade puramente social; o objeto-mercadoria é o suporte do fetiche. (CARCANHOLO, 2011, p. 85-97)

Foram vistos até aqui alguns aspectos importantes da dupla natureza da mercadoria: 1) ela possui um duplo caráter, valor e valor de uso; 2) esse duplo caráter enraíza-se no duplo caráter do trabalho, concreto e abstrato; 3) *heuristicamente*, o valor é a forma enquanto o valor de uso é o conteúdo da riqueza; 4) a riqueza possui tanto uma materialidade física, seu corpo de objeto útil, quanto uma materialidade social, a relação de valor; 5) a materialidade física é o suporte objetivo

⁸ Todos os comentários e citações a respeito deste artigo são feitos levando em consideração a sua edição modificada, que pode ser encontrada no seguinte endereço virtual: <http://pt.calameo.com/read/000140749d68c8ff4561c>. O último acesso a esse arquivo foi feito em 07/04/2013

⁹ Sobre o duplo caráter do trabalho, cf. (BORGES NETO, 2008)

¹⁰ “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar.” (MARX, 2013, p. 113) O “*aparece*” no texto de Marx indica o caráter de aparência o que, como tal, deriva da forma (basta pensar como a aparência de um objeto é algo que tem a ver com o conjunto de atributos formato, cor, textura etc., que aqui seriam todos chamados de forma), a diferença é que nesse caso não se trata de uma forma qualquer, mas de uma forma social.

das relações sociais, com efeito, o fetiche da mercadoria é necessário por sua própria forma.

A partir desses pontos, pode-se buscar compreender como essa duplicidade se desenvolve em suas contradições lógicas e no processo histórico. Em economias não capitalistas, o valor-de-uso é o polo principal, mas o capitalismo já nasce como modo de produção dominado pelo valor, como principal determinante da produção social. Essa tendência se reforça com o desenvolvimento histórico do capitalismo, a materialidade social se desenvolve e se torna cada vez mais central, em relação aos valores de uso. Eis a desmaterialização da riqueza: a redução gradual da relevância do valor de uso (matéria de suporte do valor) em detrimento de sua contraparte puramente social.

Assim, o desenvolvimento mercantil é um processo por meio do qual, partindo da sua gênese com a chamada forma simples, o valor impõe cada vez mais seu domínio sobre o valor-de-uso e chega a converter-se em polo dominante. Essa dominação culmina com a substantivação, mas continua o processo de desenvolvimento [...] capitalista e prossegue cada vez mais intensa a dominação do valor sobre o valor-de-uso, da forma [social] sobre o conteúdo da riqueza. (CARCANHOLO, 2012, p. 28)

Este talvez seja um dos processos mais relevantes para compreender o capitalismo recente. Leda Paulani, trata de uma tendência, no capitalismo, à autonomização das formas puramente sociais da riqueza (PAULANI, 2011). Os três termos (substantivação do valor, desmaterialização da riqueza e tendência às formas puramente sociais) podem ser identificados com o mesmo fenômeno: a riqueza capitalista tende a se tornar cada vez mais dominada pelo valor¹¹.

Com uma ressalva didática, mas necessária, Carcanholo assevera que a riqueza nunca poderá perder-se por completo do valor de uso, embora este deixe cada vez mais de ser central e pareça desaparecer. O valor de uso, a utilidade das mercadorias, somente poderia desaparecer por completo caso desaparecesse junto a humanidade, pois desta advém a utilidade social das coisas.¹²

Carcanholo participa de uma polêmica com Claus Germer (que defende que o dinheiro deve ter sempre, mesmo nos dias atuais, o suporte de uma mercadoria física específica, o ouro). O primeiro autor aponta o processo de desmaterialização da riqueza no próprio desenvolvimento do dinheiro, como a “maneira mais radical e visível” do processo de autonomização como um todo. Além desse aspecto conceitual, historicamente deve-se levar em conta a existência única, nos países capitalistas, da moeda fiduciária e mesmo do dinheiro mundial inconvertível em ouro.

[...] o que acontece é que a mercadoria equivalente aparece ali, [na relação de troca] não como mercadoria, não por seu valor-de-uso; sua presença se explica por constituir ela *pura representação de valor, pura forma do valor*.

¹¹ Tal processo tem como fenômeno tanto o dinheiro inconvertível, quanto a questão da dominância financeira e da profusão das chamadas “mercadorias conhecimento”; mas este último é outro assunto e não será abordado aqui.

¹² “Por que a mercadoria jamais pode lograr a destruição do valor de uso por mais que se aproxime disso? Porque isso é impossível, pois a destruição do valor de uso implica a própria destruição do ser humano [por ser a destruição de tudo aquilo que possui alguma utilidade, como a utilidade de alimentar, por exemplo] e, assim, do próprio valor, por este ser [expressão de] uma relação social entre homens.” (CARCANHOLO, 2011, p. 72)

[...] Ele [o dinheiro] passa a ser a *representação social [geral] do valor* [...]. A desmaterialização da riqueza capitalista é a contraface da *substantivação* do valor-capital. A desmaterialização da riqueza apresenta-se de maneira mais radical e visível no equivalente. Seu valor-de-uso, sua materialidade, perde cada vez mais relevância, na medida em que se passa da forma simples do valor, para a total e para a geral. É verdade que na primeira seção d' *O capital* o equivalente geral seja material; é certo que o dinheiro, ali, seja o ouro. Mas estamos em um instante teórico anterior àquele em que Marx estuda a conversão do valor em capital; antes, portanto, da substantivação do valor. Com ela e depois dela, a riqueza converte-se cada vez mais em algo em processo de desmaterialização e o mesmo acontece com o dinheiro: ele tem materialidade, mas se desmaterializa cada vez mais. Podemos dizer que o desenvolvimento da *forma do valor* é um processo gradual de desmaterialização do equivalente, até que o valor chegue a alcançar a sua representação mais pura e abstrata. [...] *Mercadoria é cada vez menos materialidade mercadoria, pois é cada vez mais forma, cada vez mais pura relação social substantivada.* (CARCANHOLO, 2001b, p. 12-14. Grifos nossos)

As linhas acima evidenciam a convergência com o pensamento de Paulani (2011) e sua descrição do processo de autonomização das formas puramente sociais do valor. A autonomização do valor é um processo complexo, que escapa ao entendimento completo - pois está em constante transmutação - e se manifesta em distintas formas de existência do valor e do valor-capital.

As constantes referências de Marx ao processo de autonomização dizem respeito a uma mesma coisa: um dado processo, relação social ou forma social que exista “colado” e dependente de um outro ente qualquer, ganha existência autônoma, independente. Um ponto fundamental a ressaltar nesse processo é o seguinte: todo e qualquer movimento de autonomização é relativo, nunca absoluto. O ente que se autonomiza continua a depender das formas anteriores. Por exemplo, o valor nunca poderá ser completamente autônomo e dispensar o valor de uso (como foi apontado anteriormente), do mesmo modo, as formas funcionais autonomizadas do capital sempre dependerão da reprodução do capital social total; com o capital fictício não será diferente.

Capital industrial, capital especulativo e lucros fictícios

“No fim tão sempre dependemos / Das criaturas que criamos.” (GOETHE, 2007, p. 343)

Antes de prosseguir com o raciocínio, faz-se necessário precisar aqui qual o entendimento dessa escola sobre as formas funcionais do capital industrial. Este entendimento não é consensual dentro das linhas de interpretação da Crítica da Economia Política e, portanto, deve ser delimitado. Será a partir desse modo de interpretação do *Capital* que se dará o restante deste artigo.

O capital que ao longo do seu ciclo adota e abandona suas sucessivas *formas funcionais* (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria) chama-se *capital industrial*. Esse conceito se opõe a *capital comercial* e *capital a*

juros e não a capital agrário. Num primeiro momento o conceito é tratado como se todas as funções fossem cumpridas pelo mesmo empresário. Assim o conceito de capital se confunde com o de *capital industrial*. Em seguida, Marx explicita que as diversas formas funcionais se *autonomizam* devido à divisão social das tarefas entre os capitalistas. As funções do capital-dinheiro, do capital-produtivo e capital-mercadoria podem ficar entregues, cada uma delas, a empresas especializadas. Quando uma forma funcional do *capital industrial* se autonomiza, ela se converte de forma funcional em capital autônomo. Assim o capital-mercadoria converte-se em *capital comercial*; o capital-dinheiro em *capital a juros*; e o capital-produtivo em capital produtivo. (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999, p. 7-8)

Para eles, capital industrial não é o mesmo que capital-produtivo, ou capital produtivo. Não se trata do capital que exerce as funções de produção, mas da figura de totalidade dos três ciclos de reprodução do capital social total que, conforme Carcanholo e Nakatani apontam, é um nível de abstração diferente daquele que possui o conceito de capital. Além disso, para esta interpretação de Marx, outro aspecto que determina a forma particular do capital industrial é a dominância do capital-produtivo, como figura principal e responsável por dar a este sua forma e mesmo seu conteúdo (de um valor que se valoriza através do processo de exploração da força de trabalho).

Dos três, o único capital autonomizado capaz de produzir diretamente a mais-valia é o *capital produtivo*. Deve compartilhar esse excedente-valor com as outras duas *formas funcionais autonomizadas*: o *capital comercial* e o *capital a juros*. E o faz, até certo ponto, de bom grado, na medida em que estes cumprem funções úteis para a circulação do *capital industrial*. [...] Durante determinado estágio de desenvolvimento do capital, o *capital produtivo* é o dominante, subordinando à sua lógica tanto o *capital a juros* como o *capital comercial*. Esse é o estágio da existência e do predomínio do *capital industrial* no qual o pólo dominante é o *capital produtivo*. (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999, p. 8-9)

As formas funcionais autonomizadas consistem em existências individualizadas de cada forma funcional. Embora avancem em complexidade, não abarcam alguns aspectos concretos do ciclo do capital. Por exemplo, capitais comerciais autonomizados vão além das funções do capital comercial; além de cumprirem as funções comerciais típicas, cumprem também a função de transporte e podem cumprir as funções de embalar e individualizar os produtos; funções que são produtivas e transformam o produto final; os capitais comerciais podem oferecer crédito comercial ao fabricante, ocupando uma função do capital-dinheiro autonomizado. Segundo os autores:

Assim, o capital industrial, entendido como síntese global e abstrata da circulação de três formas autônomas de capital (o capital a juros, o capital produtivo e o capital comercial), é o mesmo conceito de capital, mas em um nível mais concreto de análise. Mesmo assim o conceito de capital industrial não é capaz de dar conta de toda a complexidade da realidade concreta. Uma unidade de capital (sob o controle de um único empresário ou de uma única empresa ou corporação) não cumpre exclusivamente a função autonomizada de *capital produtivo*, ou somente a de *capital comercial*, ou ainda a de *capital a juros*. É provável que cumpra diferentes funções e não necessariamente de um único *capital industrial*. Assim, em geral, a

operação de um capital individual só pode ser entendida como realizando parcial ou totalmente diversas funções e funcionando como entrelaçamento da circulação de mais de um *capital industrial*. Dessa maneira, estaremos muito mais próximos da complexidade do real. (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999, p. 8)

As formas funcionais autonomizadas são abstrações razoáveis e que fazem a mediação entre o nível de abstração do capital em geral e dos capitais individuais realmente existentes. Finalizando essa precisão teórica, cabe ressaltar que essa leitura não é consensual entre os marxistas, mas não será defendida aqui em seus pormenores (por limitações de espaço e escopo).

Marx elabora, na primeira seção do livro II do *Capital*, os esquemas de reprodução do capital industrial, cada um desses três esquemas diz respeito à forma com a qual uma dada forma funcional do capital enxerga a reprodução do capital social total. As formas funcionais do capital são as formas particulares que o valor-capital assume e possuem funções específicas no processo de acumulação, são elas: capital-dinheiro; capital-produtivo e capital-comercial.

Só na unidade dos três ciclos é que se realiza a continuidade do processo global em vez da interrupção [...]. O capital social total sempre possui essa continuidade e seu processo possui sempre a unidade dos três ciclos. (MARX, 1988a, p. 73)

No Livro III, Marx analisa a autonomização das formas funcionais do capital. O processo de autonomização das formas funcionais do capital não é simples; as formas se modificam e sofrem constantes mutações tanto no processo lógico quanto no sócio-histórico. O capital-dinheiro, por exemplo, irá assumir (no *Capital*) três distintas formas autonomizadas: capital comércio de dinheiro; capital portador de juros e capital fictício. Cada uma dessas formas carrega um grau maior de fetichismo com relação à anterior, mas esses fetichismos particulares (e a ilusões engendradas neles) são derivados da própria ilusão que o capital-dinheiro gera: de que o dinheiro é capaz de gerar mais dinheiro, por si só. No capital portador de juros e no capital fictício essa ilusão ganha mais independência e um maior suporte objetivo. (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999, p. 6-9)

No entanto, o que ocorre é que, no *Capital* de Marx, mesmo com essas ilusões, o ciclo de reprodução do capital social total ainda pode ser identificado com o do capital industrial, e a forma do capital produtivo ainda responde pela parte mais vital de todo o sistema: gerar mais-valor. Com a transição para o capitalismo contemporâneo, protagonizado pela finança, a Escola de Vitória defende que ocorre uma mudança substantiva nas formas funcionais autonomizadas do capital, e no próprio ciclo global de reprodução do capital industrial. Cabe agora passar à precisão da ideia desses autores sobre o capitalismo contemporâneo e a finança, começando com os termos capital especulativo e capital especulativo parasitário, com a finalidade de evitar posteriores confusões.

O *capital especulativo parasitário* resultaria da conversão da forma autonomizada do *capital a juros* ou *capital portador de juros*, ou mais precisamente do *capital fictício*, quando este ultrapassa os limites do que é necessário para o funcionamento normal do *capital industrial*. Sua lógica

especulativa própria chega a contaminar inclusive as empresas ou corporações dedicadas especialmente a funções produtivas 5 e, assim, o que constituía *capital industrial* converte-se em *capital especulativo*. Este, como síntese dialética do movimento de suas formas funcionais, tem o *capital especulativo parasitário* como pólo dominante. (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999, p. 2)

O que o capital industrial representa no período anterior ao da dominância do capital fictício é, segundo esses autores, representado pelo capital especulativo no período posterior. O capital especulativo é, portanto, a unidade dos ciclos do capital, após a dominância do capital fictício. O capital fictício, por sua vez, ao se tornar dominante, torna mais intensos os aspectos parasitários e especulativos, já presentes em sua natureza originária. Sendo dominado, sobretudo, por essa natureza especulativa e que parasita a produção, parece adequado chama-lo de capital especulativo parasitário. O capital especulativo é a síntese do movimento do capital quando este passa a ser dominado não mais pelo capital produtivo (como quando Marx trata do capital industrial), mas pelo capital fictício, denominado agora de capital especulativo parasitário.

Retomando, Carcanholo e Nakatani polemizaram em torno do termo *finança*. Eles argumentam que *finança* é um termo desgastado pelo uso excessivo e, como ocorre em geral nesses casos, possui pouca ou nenhuma precisão, trazendo dificuldades para ser utilizado de maneira científica. Além disso, é comum ele vir a ser acompanhado de outra noção, também acrítica e pouco precisa: *globalização*. A proposta deles é recorrer a uma análise científica do fenômeno que se caracteriza como *finança*, buscando em Marx elementos que possam auxiliar em sua compreensão. Feito esse processo, eles preferiram cunhar essa nova terminologia (*capital especulativo* e *capital especulativo parasitário*), ao invés de precisar o termo anterior e correr o risco de serem confundidos com as análises mais profundas sobre o tema. As principais referências para isso são os dois textos: (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999) e (CARCANHOLO e NAKATANI, 2001a).

O *capital especulativo* e o *capital especulativo parasitário* não são categorias completamente novas, inseridas de modo exterior ao pensamento de Marx. São modificações, a partir de determinações observadas na realidade capitalista contemporânea, das categorias de *capital industrial* e *capital fictício*, mas trabalhadas a partir de “novas determinações; mais desenvolvid[a]s” (CARCANHOLO, 2001b, p. 4). Essas formas são fruto dos dois processos estudados nas subseções anteriores: a autonomização (ou substantivação) das formas do valor e a diferença entre produção e circulação, que se efetiva como diferença entre produção e direitos de apropriação.

O *capital especulativo parasitário* resultaria da conversão da forma autonomizada do [...] do *capital portador de juros*, ou mais precisamente do *capital fictício*, quando este ultrapassa os limites do que é necessário para o funcionamento normal do *capital industrial*. Sua lógica especulativa própria chega a contaminar inclusive as empresas ou corporações dedicadas especialmente a funções produtivas e, assim, o que constituía o *capital*

industrial converte-se em *capital especulativo*. Este, como síntese dialética do movimento de suas formas funcionais, tem o *capital especulativo parasitário* como pólo dominante. [...]

Nossa tese é que a globalização, com todas as suas características, distingue-se de outras épocas da história do capitalismo pelo domínio do *capital especulativo parasitário* (forma particular mais concreta derivada do *capital portador de juros*) em escala mundial, sobre o *capital produtivo*. Nessa fase, o *capital industrial* converte-se em *capital especulativo* e sua lógica fica totalmente *subordinada à especulação e dominada pelo parasitismo*. Dessa maneira, é a lógica especulativa do capital sobre sua circulação e reprodução no espaço internacional que define essa nova etapa. Sem dúvida, esse fenômeno está associado à quebra do padrão monetário internacional a partir dos anos 70's [e à desmaterialização da riqueza como um todo]. (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999, p. 2-3)

No ciclo de reprodução do capital industrial, redefinido a partir da autonomização das suas formas funcionais, a forma predominante é o capital produtivo (autonomizado) e as demais são a ela subordinadas¹³. Por outro lado, naquilo que a Escola de Vitória chama de capital especulativo, é a forma autonomizada do *capital especulativo parasitário* que exerce a função de dominância¹⁴. Se, no capital industrial domina a lógica produtiva; no capital especulativo domina a lógica especulativa e parasitária.

A forma do capital-dinheiro e sua autonomização na figura do capital portador de juros faz com que receitas em moeda apareçam como um fruto natural do dinheiro. Os juros aparecem como um rebento tão natural do dinheiro quanto uma “pereira que dá peras”. Mas não se trata de uma ilusão subjetiva, não é um simples engano do observador que, fosse mais esclarecido, entenderia como falso. Trata-se de uma ilusão objetiva, derivada da forma jurídica dos contratos que estabelecem os direitos de apropriação do capitalista como direitos legais de propriedade. Essa forma, por si própria, é a responsável última pela ilusão que, mais desenvolvida, dará nascimento ao capital fictício, a partir do momento em que toda soma em dinheiro aparece como capital aos olhos de seu possuidor e pode ser trocada no mercado, como qualquer propriedade.

[...] A ideia sobre esse “capital criado” é “puramente ilusória”. Mas deixa de ser ilusória se o direito de apropriação da receita ou rendimento regular for transferível, isto é, caso ele possa ser representado por um título de propriedade e possa ser transferido comercialmente. Nessa circunstância, a ideia de aquilo constituir capital deixa de ser puramente ilusória. Isso significa que o capital, criado daquela maneira, seja realmente capital?

¹³ “Onde a produção capitalista se desenvolveu na amplitude de suas formas e se tornou o modo de produção dominante, o capital portador de juros está sob o domínio do capital industrial, e o capital comercial é apenas uma figura do capital industrial, derivada do processo de circulação.” (MARX *apud* CARCANHOLO E NAKATANI, 1999, p.9)

¹⁴ Em (CARCANHOLO, 2001b), este autor corrige aquilo que parece haver sido uma confusão de “diferentes níveis de abstração” (CARCANHOLO, 2001b, p. 3), cometida em (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999). Segundo a ressalva feita no artigo mais recente, não se deve dizer que a lógica especulativa contamina o capital-produtivo, pois se trata de uma forma funcional *autonomizada*, ou seja. O que ocorre, de fato, é que o capital produtivo, dentro do ciclo do capital especulativo, na figura das empresas produtivas, é subordinado ao capital especulativo parasitário, do mesmo modo que o capital comércio de dinheiro é subordinado ao capital produtivo, no ciclo do capital industrial.

Lamentavelmente a resposta é negativa: aquele título aparece nas mãos de detentor como seu verdadeiro capital, mas, para a sociedade como um todo, não passa de um capital ilusório, de um *capital fictício*, embora com movimento próprio e com certa autonomia do capital real. Do ponto de vista individual, é capital real, do ponto de vista da totalidade, do global, é *capital fictício*. (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999, p. 11)

Referindo-se a Marx, Carcanholo e Nakatani apontam que o valor do capital fictício das ações, em termos de preços bursáteis “tende necessariamente a subir, ao baixar a taxa de lucro (...) consequência da tendência a cair da taxa de lucro. [...] essa riqueza imaginária (...) expande-se como o desenvolvimento da produção capitalista” (MARX *apud* CARCANHOLO E NAKATANI, 1999, p.12). Isso auxilia a compreender o capitalismo recente. A interpretação em geral aceita pelos marxistas, de que a crise dos anos 1970 refletiu uma queda profunda na taxa de lucro, leva diretamente a uma explicação da razão da ascensão do valor acionário das empresas e à recorrência cada vez maior ao capital fictício como opção de rentabilidade mais elevada.

É inevitável, então, pensar na proliferação global de capital fictício, e de riqueza desmaterializada (ou puramente social) na forma simples de magnitudes monetárias (inclusive de uma moeda sem o respaldo de mercadoria-dourada). Isso é consequência necessária, tanto do que foi trabalhado nas subseções anteriores, quanto da efetividade histórica observada nos últimos anos. Como compreender então que uma parte tão grande, talvez a maior parte do capital disponível na sociedade se encontre sobre a forma fictícia? A partir dessa pergunta se compreende a relevância da proposta analítica feita pela Escola de Vitória: o próprio ciclo de reprodução do capital social total não pode mais ser identificado ao ciclo do capital industrial, sobre dominância do capital produtivo.

Como é possível uma forma social global de reprodução do capital que não seja dominada pela *única* forma funcional capaz de gerar mais valor, o capital produtivo? O fato é que persiste sendo a produção, pelas vias da exploração da força de trabalho, a única forma de garantir a criação de mais-valor para a sociedade, e a Escola de Vitória não ignora este fato. Destarte, deve haver alguma ampliação da ilusão gerada pelo capital fictício; se é criada mais riqueza pelas vias do capital fictício do que é possível apropriar na forma de mercadorias efetivas, deve persistir circulando, trocando de mãos, e sendo ampliada essa riqueza fictícia. A isso corresponde uma ampliação do polo da riqueza que responde mais como forma de dominação social do que ao polo que contém substância de trabalho abstrato. Ao mesmo tempo, também corresponde a uma ampliação da desmaterialização da riqueza e da autonomização do valor frente ao valor de uso.

Mas, os capitalistas continuam se orientando pela busca do lucro, e prosseguem se apropriando de lucros; de outro modo não estaríamos mais em um modo de produção dominado pelo capital. Se esse lucro do qual parte dos capitalistas se apropria não consiste em outra coisa que não seja aquela riqueza fictícia, ilusória, pode-se chamar esses lucros de lucros fictícios. (CARCANHOLO e SABADINI, 2009) Por outro lado, as demais formas de se contrapor à

tendência decrescente, embora insuficientes, ainda se fizeram historicamente necessárias. Sobre a relação entre o capital fictício e a recuperação do capitalismo da crise da década de 1970:

Esse crescimento dos lucros fictícios e do capital fictício é, sem dúvida, essencial para entender porque a etapa especulativa do capitalismo sobrevive até hoje [...]. Contudo, essa sobrevivência não seria possível se, ao mesmo tempo, não tivesse produzido um enorme incremento da exploração dos trabalhadores assalariados, tanto dos países centrais como dos periféricos, assim como dos não assalariados de todo o mundo, sem esquecer dos daquelas regiões mais miseráveis da terra.

A lógica capitalista seria totalmente absurda se estivesse simplesmente sustentada, e por tanto tempo, pelo simples crescimento dos lucros fictícios. Apesar de ter se tornado um curioso e poderoso mecanismo de se contrapor à tendência à queda na taxa de lucro, não pode constituir-se em sustentação da continuidade do capitalismo. O mencionado incremento da exploração teve como origem o aumento da mais-valia relativa [...], da mais-valia absoluta [...], incremento da superexploração [...] e o incremento da miséria dos trabalhadores não assalariados. [...] a continuidade da etapa atual do capitalismo especulativo somente poderá manter-se pelo incremento adicional da exploração do trabalho no mundo todo e pela intensificação das transferências de valor da periferia aos países centrais. (CARCANHOLO e SABADINI, 2009, p. 58)

O fato é que a maior parte do capital fictício ultrapassa o jogo de soma zero (no qual um perde e outro ganha) e persiste circulando como pura riqueza ilusória. Em resumo, talvez o argumento central para defender o lucro fictício como categoria seja o seguinte:

Existe um argumento que nos parece definitivo para que a categoria de lucro fictício seja aceita e, além do mais, para mostrar que está na lógica do que nos apresentou Marx quando analisou o capital fictício [...]: se não é a existência de lucros fictícios, como é possível que surja novo capital fictício? Como é possível que o valor global do capital fictício [...] se incremente tanto? Por suposto que a mais-valia ou o excedente-valor produzido, no caso de serem acumulados, amplia o valor do capital industrial e jamais do fictício. Assim, a única resposta possível é que o incremento do capital fictício [...] somente pode ter como origem os lucros fictícios. (CARCANHOLO e SABADINI, 2009, p. 57)¹⁵

Se os lucros fictícios se constituem somente como incremento do capital fictício e da riqueza fictícia; pode-se ainda inverter essa afirmação e dizer que “o incremento do capital fictício [...] de um ano ao para o outro, em uma economia, é exatamente igual ao valor gerado de lucros fictícios” (CARCANHOLO e SABADINI, 2009, p. 54). O lucro fictício é real e fictício ao mesmo tempo. Para quem se apropria, ele é tão real quanto qualquer outro lucro, podendo ser trocado por mercadorias reais ou mesmo instalações de capital produtivo. Do ponto de vista global, ele é real e fictício ao mesmo tempo: 1) ele é fictício por “ser desprovido de substância”, não é valor com base em trabalho abstrato, nem contribui para a criação de mais-valor; 2) ele é real “por ser reconhecido

¹⁵ Este texto citado inclui algumas questões que não foram levantadas aqui. As duas principais são as seguintes: a divisão do capital fictício em tipo 1 e tipo 2; e o estudo aprofundado das formas do excedente valor e a relação com a forma particular assumida pela acumulação capitalista. O primeiro ponto não foi tratado aqui por ter sido considerado uma questão marginal.

socialmente como legítimo e merecedor de remuneração” (CARCANHOLO e NAKATANI, 2006).

O último ponto a ressaltar é o seguinte: o excesso de direitos de apropriação com relação ao mais-valor produzido dá forma à etapa especulativa do capitalismo, mas possui bases instáveis. Somente a referida ampliação da exploração em níveis globais é capaz de sustentar tal processo. Por outro lado, por vezes, nenhuma exploração adicional é o suficiente para dar conta da magnitude crescente de valor fictício excedente, que consiste em direitos de apropriação sobre riqueza real. É por essa via que se consegue explicar as crises atuais do capitalismo: são uma prolongação da crise de superacumulação do período anterior, que se sustentou sobre bases insuficientes e gerou uma magnitude absurda de direitos de apropriação, sem base suficiente de riqueza real¹⁶.

Em resumo, todos os fatores anteriores, desde a reavaliação da teoria do valor, reaparecem agora nesta contribuição para compreender a atualidade do capitalismo, suas crises e a dominância da lógica especulativa. São esses: o valor compreendido como relação social de dominação, a partir da leitura anti-ricardiana de Marx; a dupla determinação do valor como produção e apropriação; a desmaterialização da riqueza; a substantivação, ou autonomização, do valor em relação ao valor de uso, que se expande para suas formas sociais; as formas funcionais do capital, que incorporam em si o mesmo processo de autonomização e parecem ter vida própria; o capital fictício (ou o especulativo parasitário, como forma acabada), que advém do princípio de capitalização sobre as rendas esperadas de um determinado capital em forma dinheiro, mas não exerce quaisquer funções no estabelecimento do mais-valor e consistem em um fetiche autômato perfeito; por fim, os lucros fictícios, que colaboram como forma peculiar (fictícia) de contrariar a tendência de queda das taxas de lucro, mas não sem acirrar as contradições e a instabilidade do modo de produção capitalista.

¹⁶ Naturalmente, há outras explicações possíveis, e é possível propor uma combinação de várias delas; a natureza da crise recente é um ponto de controvérsia, inclusive entre os autores marxistas.

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, R. (Org.). **Capital**: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARCANHOLO, R. O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 26-45, junho 2001b.

CARCANHOLO, R. **Marx, Ricardo e Smith**: sobre a teoria do valor trabalho. Vitória: Edufes, 2012.

CARCANHOLO, R. A. A transferência de valor e o desenvolvimento do capitalismo: um estudo de caso. **Raízes**, Campina Grande, p. 69-82, janeiro/dezembro 1992.

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. Capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital fictício, característico da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, p. 264304, Junho 1999.

CARCANHOLO, R. A.; SABADINI, M. Capital ficticio y ganancias ficticias. **Herramienta**, Buenos Aires, v. 37, Março 2008.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. Capital especulativo parasitario versus capital financeiro. **Problemas del Desarrollo (Revista Latinoamericana de economia Política)**, Ciudad del Mexico, v. 32, p. 09-31, janeiro-março 2001a.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. Capitalismo especulativo e alternativas para a América Latina. **Anais do XI encontro nacional de economia política**, Vitória, 2006.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 41-65, junho 2009.

GOETHE, J. W. V. **Fausto**: uma tragédia. São Paulo: Editora 34, v. 2, 2007.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, v. 3, 1988a.

PAULANI, L. M. A Autonomização das Formas Verdadeiramente Sociais na Teoria de Marx: Comentários sobre o Dinheiro no Capitalismo Contemporâneo. **Economia**, Brasília, v. 12, p. 49-70, janeiro/abril 2011.